

**RUBENISA BRITO DOS SANTOS**

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS:**

Análise documental

Jequié

2021

RUBENISA BRITO DOS SANTOS

**DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS:**

Análise documental do livro de história.

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié, para fim avaliativo do Componente Curricular “Trabalho de Conclusão de Curso” como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elane Nardotto Rios.  
Coorientador: Prof. Ms. Lafayette M. de Alencar Lima Rios.

Jequié  
2021

RUBENISA BRITO DOS SANTOS

DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS:  
Análise documental

Artigo apresentado ao curso de Pós Graduação Lato Sensu em Formação Docente e Práticas Pedagógicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié, para fim avaliativo do Componente Curricular “Trabalho de Conclusão de Curso” como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Formação Docente e Práticas Pedagógicas.

Aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elane Nardotto Rios - Orientadora

Prof. Mestrando Lafayete M. de Alencar Lima Rios - Coorientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié

---

Docente Prof<sup>a</sup> Ms. Marine Souto Alves

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié

---

Docente Prof<sup>a</sup> Ms. Karine Nascimento Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia- campus Jequié

Dedico este trabalho a Deus, aos meus pais, familiares e amigos, pois sem eles eu não teria capacidade para desenvolver este trabalho.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, aos meus pais, familiares e amigos que sempre me apoiaram nos momentos que mais precisei durante toda trajetória.

À professora e orientadora Dr<sup>a</sup> Elane Nardotto Rios, pois esteve sempre me apoiando com seu empenho e dedicação, na torcida e incentivo para a conclusão deste trabalho. E coorientador, Prof. Lafayette Menezes de Alencar Lima Rios que também nos acompanhou com toda disponibilidade.

À todos os docentes do curso de Pós Graduação Formação Docente e Práticas Pedagógicas, por terem sido tão importantes, trazendo acréscimos a nossa vida acadêmica.

Às Professoras Marine Souto Alves e Karine Nascimento por terem aceitado participar dessa banca, disponibilizando seu tempo para nos prestigiar num momento que, para nós, está sendo desafiador.

Em especial à minha amiga Nice Lima, que contribuiu de alguma forma para que essa conquista fosse realizada.

Enfim, sem todas/os/es, essas pessoas maravilhosas em minha vida, talvez não teria conseguido vencer mais essa etapa de glória, a palavra é gratidão!

## RESUMO:

Esse trabalho objetiva apresentar a pesquisa acerca de como os livros didáticos têm apresentado, em seus conteúdos e atividades, a diversidade étnico-racial, considerando as implicações dessa temática em leis e documentos curriculares oficiais. Para isso, foi feita uma pesquisa de natureza qualitativa e metodologia documental sobre a implementação da lei n. 10.639/03 alterada pela de n.11.645/08, tornando obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, nos diferentes níveis da educação brasileira. Utilizou-se como referencial teórico as autoras/os Ana Célia Silva, Circe Maria F.Bittencourt, Lélia Gonzalez, Marisa Lajolo, Kabengele Munanga, entre outros. Além disso, teve a abordagem metodológica documental que, segundo Jacques Le Goff, consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm com as devidas contextualizações concernentes ao objeto de pesquisa. Nesse contexto, o documento analisado foi o livro didático Novo Pitanguá, quinto ano. Assim, nos resultados, percebeu-se que ainda existe certa resistência do sistema educacional quanto ao ensino das relações étnicas raciais, pois as disciplinas ainda parecem não contemplar esse estudo com envolvimento de assuntos relacionados às temáticas que traduzam as questões da diversidade nas escolas.

**Palavras-chave:** Livro Didático; Diversidade étnico-racial; Análise Documental

## ABSTRACT

This work aims to present the research about how the textbooks have presented, in their contents and activities, the ethnic-racial diversity, considering the implications of this theme in laws and official curricular documents. For this, a qualitative research and documentary methodology was carried out on the implementation of law no. 10,639 / 03 as amended by no. 11,645 / 08, making it mandatory to study Afro-Brazilian and indigenous history and culture at different levels of Brazilian education. The authors / authors Ana Célia Silva, Circe Maria F. Bittencourt, Lélia Gonzalez, Marisa Lajolo, Kabengele Munanga, among others, were used as a theoretical reference. In addition, there was the documental methodological approach that, according to Jacques Le Goff, consists of taking from the documents everything they contain with the proper contextualizations concerning the object of research. In this context, the document analyzed was the textbook Novo Pitanguá, fifth year. Thus, in the results, it was noticed that there is still some resistance from the educational system regarding the teaching of ethnic racial relations, as the subjects still do not seem to contemplate this study with the involvement of subjects related to the themes that translate the issues of diversity in schools.

**Keywords:** Textbook; Ethnic-racial diversity; Document Analysis

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO- CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....</b>	<b>07</b>
<b>2 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO.....</b>	<b>09</b>
<b>3 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL SOB A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....</b>	<b>11</b>
<b>4 ANÁLISE DOCUMENTAL.....</b>	<b>14</b>
<b>5 LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>6 RESULTADOS E DISCUSSÃO: COMO ANDA A DIVERSIDADE ÉTNICO- RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS?.....</b>	<b>22</b>
<b>7 ANÁLISE DO NOVO PITANGUÁ QUINTO ANO.....</b>	<b>23</b>
<b>7.1 O QUE TRAZ CADA UNIDADE.....</b>	<b>23</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>30</b>
<b>9 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## Contextualização da pesquisa

O debate sobre as desigualdades raciais no cenário atual brasileiro tem sido bastante recorrente. Apesar das discussões em torno dessa temática, observa-se que as teorias não condizem com a prática e o que se tem ainda está distante da realidade.

Apesar da existência de documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que, em seu artigo 26, traz uma proposta voltada à integração de uma parte diversificada aos currículos do ensino fundamental e médio; além da Lei de Inclusão Social e lei nº 11.645/2008 que tratam do currículo de ensino, em artigos específicos, evidencia-se a necessidade de trazer, nos conteúdos curriculares, abordagens que contemplem o ensino e a valorização da diversidade étnico racial, supracitada nas leis mencionadas.

A população negra e as demais classes sociais que se inserem dentro das minorias, como os indígenas e quilombolas, ganharam visibilidade a partir da lei de educação inclusiva, de nº 10.639/2003 alterada pela lei nº 11.645/2008, instituída no ano de 2003, com as medidas legais do então presidente em exercício, Luís Inácio Lula da Silva, passando a integrar o currículo de ensino de educação básica. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância de educar pensando na formação integral do aluno e assumir uma visão plural, singular e integral, concebendo-os como sujeitos de sua aprendizagem, destacando o respeito e a valorização das diferenças.

Referente a isso, fica evidente que todas as disciplinas na escola teriam que dialogar entre si mediante os conteúdos referentes à questão do negro como proposto nas diretrizes curriculares. Diante disso, apresento a seguinte questão de pesquisa: como os livros didáticos têm apresentado, em seus conteúdos e atividades, a diversidade étnico-racial?

Nesta perspectiva, o interesse em desenvolver uma pesquisa sobre essa temática se deu pelo fato de eu ser professora, mulher, negra e sempre observar a omissão, nos conteúdos e nas atividades, de abordagens sobre o papel do negro na sociedade e suas contribuições na formação social, política, econômica e cultural do Brasil, já que o negro foi o principal responsável pela construção do nosso país.

Nesse sentido, a reflexão sobre a diversidade racial é uma temática recorrente em meu processo de escolarização, todavia, foi a graduação que reforçou minha inquietação sobre o racismo presente em nossa sociedade, seja ele de forma estrutural ou não. Os conteúdos curriculares dos livros didáticos, geralmente, a partir do meu campo empírico, são



direcionados à classe “superior” (branca), não abrangendo as questões dos negros, indígenas, entre outros grupos minoritários.

Quando há uma abordagem, costuma ser descontextualizada da realidade, deformada do contexto real e, frequentemente, os negros/as aparecem na condição de pessoas escravizadas. Segundo Oliveira (2009, pág.34), “os preconceitos, os estereótipos e a discriminação presentes nesses livros acabam propagando ideologias como a do branqueamento, inferioridade e superioridade raciais”. Assim, ao ver o negro ocupando os lugares inferiores em nossa sociedade, como também, a negação de sua cultura, fui motivada a investigar como essas questões vêm sendo tratadas nos livros didáticos.

Dessa forma, o objetivo desta investigação é analisar o livro didático de história, especificamente “Novo Pitanguá”, quinto ano, da Editora Moderna que, de acordo com Le Goff (1924, pág.463), “a leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas... a sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm”. Nessa perspectiva, o documento, o livro didático analisado, foi investigado levando em conta os conteúdos de acordo consta em seus escritos originais.

Para fundamentação desse trabalho de pesquisa, recorri a alguns teóricos que, ao longo dos tempos, vêm pesquisando e desconstruindo essa imagem deturpada do negro no material didático utilizado nas escolas brasileiras que, durante décadas, marcou história de vidas de pessoas negras. E, sobretudo, as defesas de grupos de resistência que, como o movimento negro e ações marcadas por essas lutas, foi definido a lei de inclusão n. 10.639/03, a qual tem amenizado um pouco a discriminação, estereótipos e estigmas em relação ao que determinava. De acordo Silva (2018, pág.177), o conteúdo e as imagens, “possuem um caráter ideológico, elitista e formador de opinião, de forma bastante implícita e subliminar que simplesmente reproduz e traz os conceitos da sociedade para dentro dos muros da escola.” Assim, Ana Celia (2011) afirma que a construção e a reconstrução de uma identidade negra são feitas num processo de avanços e recuos, de seguranças e incertezas, uma vez que dificultam a assunção da identidade negra.

Assim, a relevância social deste estudo se manifesta no sentido de que essa temática é de suma importância, tanto no cenário atual, como no campo acadêmico, uma vez que é constante o debate traçado no campo educacional sobre a necessidade de inserir as diversidades étnico-culturais no processo de ensino e aprendizagem. Parto do princípio de que devemos visibilizar, conhecer e estudar os elementos culturais e sociais deixados como legado

pelos grupos sociais, que envolve não só a população negra, mas os índios, a educação do campo e outros grupos que se adequam às minorias.

## **2 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NO LIVRO DIDÁTICO**

Desde meados do século XX, os livros didáticos passaram de ferramenta pedagógica auxiliar para um instrumento pedagógico principal na sala de aula. Dessa forma, foi estabelecida, em muitas escolas públicas do país, uma relação de interdependência entre livro didático, educadores e educandos, atuando diretamente no processo educacional. O livro didático tem sido considerado o principal veiculador do conhecimento sistematizado em sala de aula para professoras/es e alunas/os/es.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997 – temas transversais), constitui elemento integrante da História do Brasil o registro da dificuldade situada no tratamento do tema relacionado ao preconceito e à discriminação étnica. O referencial aponta que, na escola, em vários momentos, ocorrem manifestações de racismo, discriminação social e étnica praticadas por professoras/es, alunas/os/es, equipe escolar, mesmo que tal evento ocorra de modo involuntário ou inconsciente.

Tais atitudes representam uma violação aos direitos das alunas/os/es, docentes e funcionárias/os que sofrem discriminação e também trazem obstáculos capazes de dificultar o livre acesso ao processo educacional pelo sofrimento e constrangimento que provocam nesses sujeitos. Em virtude das conquistas alcançadas pela comunidade negra no Brasil, sua situação social tem melhorado.

Anterior a isso, no entanto, o movimento negro, nos anos 1980, iniciou uma importante tarefa: “além de denunciar e reinterpretar a realidade social e racial brasileira, o movimento passou a buscar a reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos sobre a imagem do sujeito negro” (GOMES, 2001, p. 62). Isso contribuiu para o surgimento de uma ausência de tratamentos de ordem preconceituosa ou discriminatória no livro didático.

A partir da instauração do programa de avaliação do Governo Federal, iniciado em 1996, os autores/as e editores/as desse material didático passaram a ter uma preocupação maior com a maneira de abordagem de elementos étnico-culturais, pois seria eliminado de qualquer coleção caso apresentasse e/ou discutisse atitudes preconceituosas e estereotipadas ou desrespeitasse os dispositivos legais, como a Constituição Federal de 1988 (CF) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

As mudanças implantadas no processo de elaboração de materiais didáticos, a partir da implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), levaram à exclusão de considerações racistas da linguagem e à proibição de toda referência textual ou pictórica à pessoa negra por meio de piadinhas, apelidos e/ou imagens distorcidas ou estereotipadas. O fato de os autores/as e editores/as preocuparem-se com a forma de tratamento da etnia, devido ao estabelecido na Constituição Federal e na avaliação do PNLD, não significa que exista uma abordagem da diversidade étnica e uma valorização de sua importância no processo da construção histórica do Brasil.

Uma visão superficial dos livros didáticos disponíveis no mercado permite observar a presença de uma invisibilidade, ou uma visibilidade subalterna de vários grupos sociais, incluindo negros, indígenas e mulheres. Nesse ponto, um dos destaques é oferecido à importância da formação docente, da metodologia de ensino utilizada pelas instituições e dos materiais didáticos que serão empregados no ensino de História. Sendo o livro didático um importante instrumento pedagógico usado na escola de modo sistemático, ele pode criar referências para o/a aluno/a.

É possível verificar que este material ainda compreende a principal fonte de informação impressa utilizada por muitos professores/as e alunos/as/es brasileiros/as. Dessa forma, ele parece ser, para grande parte da população, “o principal impresso em torno do qual sua escolarização e letramento são organizados e constituídos” (BATISTA, 2002, p. 535). Além disso, traz conteúdos sobre valores morais, éticos, sociais e patrióticos. Um estudo acerca de um livro didático permite o desenvolvimento de uma análise das representações e valores predominantes em determinado período de tempo, em uma sociedade específica, oportunizando a discussão de projetos de construção e de formação social. Para Fonseca, o

[...] livro didático e a educação formal não estão separados do contexto político e cultural e das relações de dominação, atuando, muitas vezes, como ferramentas utilizadas na consolidação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos (FONSECA, 1999, p. 204).

Devido tal situação, este material exige análise e estudo e, por isso, se tem buscado assegurar a qualidade desse, a fim de realmente atender às necessidades da classe estudantil. O desenvolvimento de estudos sobre o livro didático também consiste em uma maneira de avaliação sobre saberes e conceitos disseminados para a sociedade a fim de verificar a adequação destes às necessidades dos/as alunos/as/es, considerando as abordagens apresentadas pelos documentos oficiais.

A questão da diversidade cultural no Brasil evidencia uma situação específica, pois se verifica um discurso politicamente correto de que o brasileiro é um povo único, resultado de um intenso processo de miscigenação e mestiçagem. De outro, nas relações sociais cotidianas, vivenciam-se muitas práticas preconceituosas, discriminatórias e racistas em relação a alguns segmentos da população, como os afrodescendentes (ABRAMOWICZ, 2006, pág.26).

Dessa forma, a produção didático-pedagógica referente ao ensino de história alcançará problematização por meio do desenvolvimento e da utilização do seu teor relacionado ao povo afro-brasileiro no contexto histórico do Brasil.

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que afirma o dever do Estado ao garantir, indistintamente, por meio da educação, igualdade de direitos para o pleno desenvolvimento coletivo e individual. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs):

A ideia vinculada na escola de um Brasil sem diferença, formado originalmente pelas três raças – o índio, o branco e o negro – que se dissolveram originando o brasileiro, também tem sido difundida nos livros didáticos, neutralizando as diferenças culturais e, às vezes, subordinando uma cultura a outra. Divulgou-se, então, uma concepção de cultura uniforme, depreciando às diversas contribuições que compuseram e compõem a identidade nacional (BRASIL, 1988, p.126).

Apesar disso, no Brasil, a pesquisa sobre livros didáticos é recente. É essencial destacar que a difusão de programas oficiais aumentando a utilização dos manuais didáticos nas salas de aula transformou essa publicação no recurso pedagógico mais utilizado nas escolas brasileiras, se tornando objeto de discussões e reflexões acadêmicas.

### **3 DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL SOB A LUZ DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

É fundamental entender o poder e a ordem da lei n. 10.639/03 por se constituir de uma mudança da lei n. 9394/96, a partir da inserção dos artigos 26 A e 79 B, pois o seu conteúdo e suas várias maneiras de regulamentação apresentam amplo alcance no Brasil e necessitam de implementação na totalidade de instituições educacionais de cunho público e privado do território, e também pelos conselhos e secretarias de educação e pelos estabelecimentos de ensino superior.

Desse modo, a lei n. 10.639 de 2003, a Resolução CNE/CP 01/2004 e o Parecer CNE/CP 03/2004 associam-se ao papel de assegurar o direito à educação, qualificando-o com a integração do direito à diferença. No entanto, a sua concretização como política pública no contexto educacional vem enfrentando situações marcadas por tensão e complexidade. É possível observar o seu “cunho gerador e construtor de programas e ações voltados ao suporte de políticas de direito e de reforço aos temas vinculados à raça em um sentido de maior amplitude e inclusão” (GOMES, 2011, p.116).

Tais iniciativas têm sido tomadas pelo Ministério da Educação (MEC) e, de forma diferente, pelos sistemas de ensino. Porém, em virtude da responsabilidade do MEC, dos sistemas de ensino, das unidades escolares, dos diretores/as e dos professores/as na superação do racismo e na educação das relações étnico-raciais, as medidas voltadas à consolidação de tal política ainda precisam de mais força para se fixarem. Para Gomes:

Tal realização requer uma mobilização social para conseguir a garantia do direito à diversidade étnico-racial nas escolas, nos currículos, nos projetos político-pedagógicos, na formação docente, nas políticas educacionais, entre outros (2011, p.116).

Apesar da verificação de avanços e limites, a lei n. 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 permitem uma curvatura na educação nacional, pois integram uma categoria de política caracterizada pela limitada aplicação na esfera estatal e no MEC. Elas consistem em políticas de ação afirmativa que buscam valorizar a identidade, a memória e a cultura negra que são elementos de reivindicação do Movimento Negro e de outros movimentos sociais que apoiam a luta de combate ao racismo. Gomes (2011, p. 116) verifica que o desenvolvimento de tal processo “não representa a sua plena consolidação na prática escolar da educação básica, na educação superior e nos processos de formação inicial e continuada de professores”. A lei e as diretrizes travam um embate entre as práticas e o imaginário racial situados na estrutura e no funcionamento da educação nacional como o mito da democracia racial, o racismo duvidoso, a ideologia do branqueamento e a nacionalização das desigualdades raciais.

“A lei n. 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 devem ser interpretados no interior da área referente às relações raciais brasileiras” (GOMES, 2011, p.117), ou seja, é necessário avançar na utilização de programas e projetos específicos voltados à diversidade étnico-racial efetuados de modo casual e interrompido. Exige a interposição da temática racial nas metas educacionais do país, no Plano Nacional da

Educação, nos planos estaduais e municipais, na gestão escolar, nas práticas pedagógicas e curriculares e na formação inicial e continuada de educadores de maneira mais acentuada.

Tal legislação necessita de uma compreensão capaz de observá-la como resultado de um processo de lutas sociais, pois, como uma política de ação afirmativa, ela continua sendo percebida com insegurança pela concepção republicana brasileira, a qual resiste em avaliar a diversidade. Essa ideologia defende políticas públicas de cunho universal e uma posição neutra do Estado, como assim afirma a passagem a seguir:

A situação apresentada pode revelar o contexto de conflitos que abrange as ações, os programas e os projetos voltados a garantia do direito à diversidade étnico-racial realizados pela lei n. 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP 01/2004 no Brasil (GOMES, 2011, p.117)

O desenvolvimento de uma análise acerca dessa lei, do parecer e da resolução permite avaliar a dimensão da contribuição de tais dispositivos legais para a compreensão da diversidade étnico-racial na educação e como uma questão política estendida na gama de padrões de poder, de trabalho, de saberes, de classificação e hierarquização social e racial na sociedade brasileira. Gomes (2011, p. 117) destaca que uma das questões que deve ser analisada envolve “a articulação da lei n. 10.639/03 e suas formas de regulamentação com o repertório de políticas de Estado voltadas à diversidade étnico-racial”.

O papel instigador de tal legislação e suas formas de regulamentação como política pública remete ao aumento da responsabilidade do Estado frente à complexidade e as variadas dimensões e tensões vinculadas à questão racial. Nesse sentido, o conjunto de direitos negados à população negra, de acordo com a história do Movimento Negro, requer o dever do Estado no reconhecimento e na legitimação de tal questão nas políticas públicas de saúde, trabalho, meio ambiente, terra, juventude e gênero.

Considerando essa inter-relação, a implementação da lei n. 10.639/03 tem pressionado o Ministério da Educação, o Conselho Nacional de Educação, os conselhos estaduais e municipais de educação, as secretarias de educação e as escolas para implementar políticas e práticas capazes de assegurar a plenitude dos direitos do povo negro (GOMES, 2011, p.117).

Um estudo essencial e necessário compreende a avaliação do impacto e do alcance de tais ações na implementação da educação das relações étnico-raciais na gestão da educação básica. Sobre as secretarias estaduais e municipais de educação, diversas delas têm efetuado ações de formação voltadas à temática racial como cursos, seminários, organização de coordenações ou equipes pedagógicas específicas para cuidar do processo de execução da lei,

construção com conselhos estaduais e municipais de educação de diretrizes curriculares estaduais e municipais para efetivar as orientações da lei n. 10.639/03, entre outros.

No entanto, Gomes (2011, p.118) orienta que “as ações colocadas em execução em nível nacional, estadual e municipal podem ser consideradas ainda limitadas diante da urgência do conteúdo da lei”. Também é preciso destacar a dificuldade encontrada pelos secretários de Educação na implantação de uma gestão voltada à diversidade geral e étnico-racial, situada na presença e na persistência de um caráter conservador referente à diversidade e à questão racial partilhado por vários gestores de sistema de ensino e das escolas.

Algumas unidades educacionais da rede pública têm utilizado práticas pedagógicas relacionadas à diversidade étnico-racial. Existem experiências mais vinculadas à inserção da lei n. 10.639/03 nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), trabalhos com a comunidade, Movimento Negro, comunidades de terreiro, projetos de cunho interdisciplinar, celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, estudos sobre a África, entre outros. As escolas que apresentam uma gestão mais democrática e participativa encontram maior facilidade para o desenvolvimento de trabalhos com mais dinamismo, coletividade, articulação e efetivação sobre a educação das relações étnico-raciais.

#### **4 ANÁLISE DOCUMENTAL**

A diversidade resulta da construção histórica, cultural e social das diferenças construídas pelos sujeitos sociais nos processos de acomodação ao meio social no contexto das relações de poder. Gomes (2008, p. 133) verifica que “os elementos verificáveis de forma comum” percebidos como “diferentes desde a origem” do ser humano admitem consideração apenas porque o homem, “no contexto cultural, efetua a nomeação e identificação”.

Como produto da gama de opostos, discrepantes e incoerentes, a diversidade não é considerada, de acordo com Barros (2008, p. 18-19), “uma fusão equilibrada”. Essa diversidade apresenta uma abordagem cultural oriunda das “trocas estabelecidas entre sujeitos, grupos sociais e instituições, a partir da consideração de diferenças, desigualdades, tensões e conflitos”. Durante os processos de contato entre etnias, ocorre o envolvimento dos sujeitos em várias experiências culturais entrecruzadas e sobrepostas, gerando tensões ao pertencimento de identidade.

A compreensão acerca dos efeitos de tal processo de trocas e imposições culturais e seus impactos nos planos sociais, econômicos e políticos referem-se à diversidade cultural, que representa o folclórico, o etnográfico de uma sociedade, as formas e os modelos de

conhecimento, que atua sobre a identidade, ou seja, a maneira de afirmação a partir do uso de representações sobre si e o mundo. Para Alves e Barros (2009, p. 02), a diversidade cultural compreende os elementos “que diferenciam uma cultura das outras em virtude da capacidade dos sujeitos de alterar criativamente a herança cultural recebida, conferindo diversidade à sua forma e vida”.

Desse modo, é possível verificar que esse tipo de diversidade traz aspectos diferentes entre as culturas, pois a ação humana é responsável pela promoção de mudanças nesse sentido. Alves e Barros (2009, p. 02) acrescentam que tal variedade de expressões “representa a capacidade humana de adaptação e transformação de suas condições de vida. As manifestações culturais constituem ferramentas que levam os sujeitos a reafirmação de suas identidades culturais”. Assim, identidade e diversidade evidenciam diferentes relações de sentido, produto dos processos de conflito e negociação, pois, na interação com o outro, a identidade é construída e as características de tal contato estabelecem a sua forma.

Ocorre o estabelecimento, a transformação e a reafirmação das identidades, pois a aquisição de uma identidade consiste em sua definição em relação a outras culturas. Tal articulação entre identidade e diversidade cultural se completa, considerando que a diversidade cultural passa a ser pensada a partir da simultaneidade da contestação de conflitos e de convivência entre as diferenças culturais apresentadas. Barbalho (2007, p. 56) explica que “a relação entre identidade e diversidade atua como referência identitária para diferentes grupos sociais, pois os sentidos admitidos possuem caráter processual”.

Assim, “a identidade passa a ser uma produção”, sendo resultado de um “campo identitário cedido à diversidade e se reproduz em identidades”. Nesse sentido, a diversidade gera sujeitos caracterizados pela ordem múltipla que dividem várias identidades sociais responsáveis por sua redefinição e se reafirmação. A diversidade cultural pode ser afirmada como a convivência entre várias identidades situadas nas comunidades, instituições e no acesso e nas trocas entre outras identidades com as quais negociam sentido.

De acordo com Thomaz (1995, p. 427), “a cultura corresponde à capacidade dos sujeitos de conferir sentido às suas atividades e ao contexto”, ou seja, definir um código simbólico, pois o estabelecimento da cultura exige a aceitação dos indivíduos para com as práticas, considerando a ação antropocêntrica capaz de alterá-la e inserir outros significados segundo o contexto vivido. A compreensão de cultura, como conjunto de símbolos compartilhado pelos integrantes de um grupo social, favorece a atribuição de sentido ao mundo e as ações humanas, pois Woodward (2000, p. 41) afirma que “cada cultura apresenta



suas formas específicas voltadas a classificação do mundo”, promovendo maneiras capazes de conceder sentido a sociedade e a construção dos significados.

Assim, percebe-se a frágil ligação da cultura aos costumes, técnicas, artefatos e a acentuada associação com o significado dos elementos nas relações sociais. É possível interpretá-la como capacidade humana de imaginação das situações, inspirando a concretização de ações, consolidando o pensamento, a partir do emprego de símbolos construídos, que adquirem valor real no contexto de elaboração dos códigos, ou seja, na cultura. Tal conceito de cultura, como código simbólico, transpassa os momentos da vida das sociedades, pois abrange as atitudes cotidianas naturais, a produção material da vida e as mais profundas pesquisas e teorias referentes ao universo.

Por isso, cada momento da vida social não pode ser assimilado de forma isolada, mas apenas em relação à universalidade cultural. Gomes (2008, p. 135) salienta que “a diversidade cultural é efetuada no humano, durante a história”, pois o ser humano vive e atua segundo um determinado código simbólico, construído e definido no contexto social. O fundamento social da cultura é que, segundo Luciano (2008, p. 70), “as culturas apresentam ordem dinâmica”, sofrendo alterações ao longo da história, considerando o ato dos sujeitos sociais criarem e recriarem aspectos voltados ao atendimento de suas necessidades de sobrevivência.

Dessa forma, é essencial efetuar reformulações das ideias e normas a partir dos saberes prévios a fim de estabelecer o embate entre novas situações. Fleuri (2003, p. 23) destaca que, no Brasil, devido à origem de sua sociedade ser caracterizada pela presença de várias etnias, reconhecer a diversidade na cultura requer “aspectos vinculados às identidades sociais que não possuem estabilidade e firmeza específicas”, pois “as identidades culturais, aspectos das identidades oriundos do pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, nacionais, sofrem frequentes desvios ou interrupções”.

Nesse contexto, o sujeito, como construção social, resulta de valores sociais e a identidade cultural é observada como identidade coletiva, fator de um grupo social que partilha atitudes iguais e encontra suporte num contexto com um ideal coletivo projetado, estabelecendo-se na construção social. Marinho (2009, p. 88) aponta que, pela “identidade, o sujeito é apresentado ao mundo social e se conforma”. A identidade efetua o intermédio da relação entre indivíduo e sociedade.

Assim, a formação das identidades historicamente produzidas e transmitidas pela estrutura social possui a regulação de um contexto de políticas de reconhecimento, considerando as interações identitárias e relacionando-se à organização social responsável pela definição da postura humana diante do contexto social. Para Marinho (2009, p. 93), a

identidade étnica compreende “a organização simbólica do eu”, que “permite o alcance de soluções adequadas para os problemas de interação social situados em várias culturas”, e sua permanência no tempo e no espaço, “sob a perspectiva de sua história pessoal”.

A formação de tal identidade, em diversos níveis, pode ser fortalecida por processos de aprendizagem institucionalizados, nos quais deve ocorrer a consideração das interações entre sujeito e meio. Nessa proposta de organização, as experiências vivenciadas pelo indivíduo durante a vida em interação com a realidade sociocultural, representam a dinâmica da vida social, que se moldam, mas modificam aspectos sociais. A identidade refere-se tanto ao mundo como ao modo de manipulação efetuado pelo ser humano sobre o seu contexto histórico, reconstruindo de acordo com sua compreensão sobre si e o mundo.

Nesse contexto, analisamos o livro didático considerando as contribuições da análise documental que, segundo Ludke (1986, pág. 38), constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador, [...] como uma técnica exploratória indica problemas que devem ser bem mais explorados através de outros métodos. Logo, ao fazer a análise do documento utilizado nesta pesquisa, material didático, verificaram-se as temáticas apresentadas, examinando sinuosamente cada parte do documento utilizado, fazendo uma contextualização de acordo o tema que foi investigado.

## 5 LIVRO DIDÁTICO EM QUESTÃO

*Foi os livro de valô  
Mais maió que vi no mundo,  
Apenas daquele autô  
Li o premêro e o segundo  
Mas, porém, esta leitura,  
Me tirô da treva escura,  
Mostrando o caminho certo,  
(ASSARÉ, Patativa do, 1978)*

Em algumas pesquisas que tratam sobre o livro didático, apresenta-se que, no Brasil, as primeiras ideias,

[...] sobre o livro didático surgiram em 1929, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL). Esse instituto foi criado para legitimar o livro nacional e auxiliar na sua produção. Mas tudo isso ficou no papel por muito tempo, pois foi apenas em 1934, no governo do presidente Vargas, que o instituto começou a elaborar um dicionário nacional e

uma enciclopédia e aumentar o número de bibliotecas públicas. (...)” (UOL, 2020).

Ao analisar a política que envolve o livro didático, no que concerne ao acompanhamento dos diferentes desdobramentos, feições e práticas desta política ao longo dos anos, o texto final consegue inserir o livro didático no único contexto que permite perceber corretamente seu perfil complexo, multifacetado, sutil e ambíguo. Contexto sem o qual qualquer discussão sobre ele - livro didático - perde o sentido, apesar das intenções melhores ou piores que a inspiram (LAJOLO, 1987, p.02).

Ao longo de 80 anos, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), criado em 1985, com o decreto nº 91.542, de 19/8/85, um dos programas mais antigos de distribuição de livro didático para os estudantes da rede pública, foi sofrendo alterações, mudanças e se aperfeiçoando; atualmente, é voltado para educação básica, ensino médio, inclusive na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, exceto a educação infantil.

De 2012 para os dias atuais, foram criados alguns avanços tecnológicos como o livro digital, com o mesmo conteúdo do impresso. Essas multimídias que incluem jogos educativos, simuladores, entre outros, foram enviados para as escolas através de DVD considerando aquelas que não têm acesso à internet, como também os endereços impressos para uso *online*, a fim de facilitar o aprendizado e tornar as aulas mais interessantes, tanto para o aluno/a/es quanto para o professor/a. Esses avanços tecnológicos permitiram novas versões de livros digitais e materiais multimídias.

Além disso, a leitura proporciona ao leitor uma interlocução com o texto e o envolvimento com a leitura dá um sentido, mesmo que esse não tenha sido oferecido pelo texto, mas criado através do seu entendimento a partir do seu contexto no contato com o mesmo. Uma maneira única de cada um interpretar e se comunicar através das palavras criando uma expectativa do que foi acolhido, do que o texto quer mostrar ou não. Diante disso, cabe à/ao docente interagir contribuindo com o enriquecimento do assunto abordado. Mas ressalto que o livro didático não cumpre a sua funcionalidade se seu conteúdo não for trabalhado com questionamentos e abordagens de quem manuseia, desafiando o que ele traz em sua composição.

No entanto, não deve ser o único instrumento usado por professoras/res, pois as discussões em sala de aula por toda turma, experiências trocadas com todos, em diferentes contextos e situações, desenvolvem o raciocínio de que o/a estudante aprende determinado assunto de acordo suas interações em coletivo. O livro é um facilitador no processo de ensino e aprendizagem da aluna/o/e, mas não é um instrumento exclusivo. Sendo assim, contribui na

criação de estratégias para docente no desenvolvimento das atividades em sala de aula. De acordo com Bittencourt (2004, pág.319), os livros didáticos merecem ser considerados e utilizados de acordo com suas reais possibilidades pedagógicas e cada vez mais aparece como um referencial, e não como um texto exclusivo, depositário do único conhecimento escolar posto à disposição para os alunos/as/es.

Nesse sentido, a atenção na escolha e uso do livro didático em sala de aula precisa ser curiosa e responsável, para que esse não se restrinja a um instrumento exclusivo na metodologia usada e que seu conteúdo seja viés para ampliação de outras visões, pois é preciso organizar as ideias e intensões trazidas em seus escritos, e de que maneira está sendo tratados os assuntos, por quem foram escritos para que o trabalho de construção do conhecimento do aprendiz seja de evolução do sujeito e não de uma alienação. Ao professor/a compete a missão de desconstruir possíveis ideologias, que talvez não condizem com a realidade mostrada e a interação, junto à/ao estudante, problematizando-a para que ocorra suas análises com base na perspectiva de desenvolver um sujeito pensante, crítico e formador de opiniões. Por isso, a importância de não negligenciar a escolha do livro didático e, principalmente, fazer uma análise geral, cuidadosa e criteriosa por todo conteúdo, imagens, temas, entre outros.

A representação social é diferente da imagem, pois é vista como um reflexo na consciência individual ou coletiva de um objeto ou feixe de ideias que lhes são exteriores, uma fotografia captada e alojada no cérebro, enquanto a representação social é ativa, porque modela e reconstrói o dado do exterior (MOSCOVICI, 1978, p.49).

Diante do que foi discutido, trago, mais uma vez, a questão desta pesquisa: como os livros didáticos têm apresentado em seus conteúdos e atividades a diversidade étnico-racial? Cada dia está mais frequente vivenciar situações diversas de racismo, que causam a morte de pessoas pretas e pobres em nosso país. E todos esses assuntos vêm sendo discutidos e vivenciados numa sociedade que determina o que devemos ser, usar e nos comportar. Nosso país tem uma diversidade étnico-racial, cultural, que vem sendo discutida e debatida em vários setores e mídias e, ainda assim, a questão do racismo estrutural continua viva, pois percebemos o retrocesso em muitos seguimentos da sociedade e, durante os últimos dois anos, infelizmente, se agravou ainda mais considerando a conjuntura política nacional.

A pessoa negra, muitas vezes, é vista por parte da sociedade elitista e racista, como marginal ou aquele que não deveria fazer parte da sociedade a qual tem seu padrão único: branco. Ao longo dos tempos, aprendemos e fomos induzidos a acreditar que homem preto, que usa seu cabelo estilo rastafari, *black power* ou qualquer outro que se encontra fora do

“estilo padrão”, é usuário de drogas, bandido ou ladrão. Ressaltando que a pessoa branca, mesmo que adote um perfil parecido e tenha seu estilo despojado, use seu cabelo do modelo ou cor que desejar, por conta da sua cor de sua pele, não será estigmatizada, já que ela não apresenta “perigo”.

Uma sociedade que deseja maximizar as vantagens da diversidade genética de seus membros deve ser igualitária, isto é, oferecer aos diferentes indivíduos a possibilidade de escolher entre caminhos, meios e modos de vida diversos, de acordo com as disposições naturais de cada um (MUNANGA, 2003, p.07).

A construção negativa da imagem do negro numa sociedade racista e preconceituosa reverbera no que se aprendia no livro didático de história, junto às abordagens do professor, que passava do jeito que estava ali naquele impresso de interesses de uma burguesia branca, com atitudes e ideais de colonizadores, que estipulava a edição do modo que lhes eram convenientes e achava convincente. A história real dos que foram escravizados e lutaram durante toda sua vida pela libertação não foi contada nos detalhes da situação. Outro dado se refere à ideia de salvação, assim nos contaram que foram libertos por uma princesa que assinou uma lei e “viveram felizes para sempre...”.

A negação de ser negra ou negro reflete até hoje em algumas pessoas, principalmente nas que viveram o tempo em que a escola contribuía com a segregação e com atitudes racistas e preconceituosas, talvez de forma ingênua ou por não ter tido orientação de saber como tratar esse assunto em sala de aula. Entretanto, os estereótipos que foram criados e aprendidos com essas vivências favoreceram essa negação de identidade, ou seja, poderia ser pele morena ou parda, menos preta, o que foi internalizado por uma geração. Enfim, o fato de ser negra ou negro não estava estabelecido como algo positivo. Qual criança, adolescente ou jovem negro/a que gostaria de levar o nome de derrotado ao invés de herói? Quem iria ficar bem sendo chamado na escola ou qualquer outro local da sociedade com apelidos que discrimina pelo fato de ser preta ou preto? Isso afirmo: “sentir na pele”, visto que, ao longo da minha infância, ouvia as mais diversas “piadinhas de péssimo gosto” que escutava na escola ou na rua. Talvez, não me lembre de detalhes da minha infância, mas recordo o suficiente para entender os apelidos, os quais guardo na minha memória até hoje!

Aprendemos na escola a comemorar e agradecer o dia 13 de maio. Data sempre tão lembrada nos livros de história como referência de um marco heroico da Princesa “boazinha”, Isabel, que libertou os escravos, assinando a lei Áurea, oferecendo vida livre ao povo negro. O sofrimento que vivia o povo trazido dos países africanos fazia com que eles, em atos de resistência e lutas contra os escravagistas, se organizassem em quilombos e conseguissem

fugir. Muitos que não conseguiam acometiam suicídio, por não terem que viver em situações tão desumanas. Estudos mostram que, quando essa lei foi assinada, poucos escravizados/as ainda viviam sob poder dos seus senhores. A grande maioria já vivia em quilombos ou condições de miséria em fugas constantes.

Nesse cenário, a escola, enquanto espaço de formação humana, tem seu papel para uma ação efetiva na construção de conhecimento. Embora o que vivenciamos durante décadas não condiz na prática com essa realidade, ainda que esse seja o papel da escola, existem falhas no processo de ensino, aprendizado e formação do sujeito, que impedem que ocorra um resultado favorável e eficaz. A escola precisa se reinventar e, para isso, deveria usar como base a experiência de uma ampla avaliação do seu passado, composto por diferentes povos e culturas, partindo das raízes como ponto fundamental.

Acreditamos que trabalhar conteúdos de história de nosso país com valorização da história “verdadeira” facilita a compreensão do desenvolvimento do/da aprendiz e traz novas perspectivas para entender os fatos. A lei 10.639/03 inclui no currículo o ensino de história e cultura afro-brasileira, o estudo da História da África e dos Africanos, a luta das negras/os no Brasil, a cultura negra brasileira e na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

É preciso trabalhar todas essas questões da história de nosso país, abordar conteúdos de diversas pesquisas ao longo dos tempos e não se prender a um único instrumento que é o livro didático. A escolha do livro a ser usado em sala de aula deveria acontecer de forma sistemática pelos professores/as dada a importância que este material pedagógico tem para o aprendizado e o desenvolvimento das/os estudantes. Devemos atentar para a maneira como esses conteúdos são abordados, as características predominantes sobre esses, de que forma está sendo posto e suas intenções. Talvez não tenhamos o preparo e a oportunidade devidos para analisar o livro didático que vai ser usado por nossa/o aluna/o/es e, muitas vezes, pecamos por não sabermos usá-lo de uma maneira que consiga desmitificar situações que tragam ideias ultrapassadas. Para isso, é interessante entrar no universo do livro didático a fim de conhecer e entender seu conteúdo e de que forma está sendo passado para os nossos/as estudantes, além de conhecer um pouco sobre os autores/as dos livros didáticos.

## 6 RESULTADOS E DISCUSSÕES: COMO ANDA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NOS LIVROS DIDÁTICOS?

*Bem te vi, bem te vi  
Andar por um jardim em flor  
Chamando os bichos de amor  
Tua boca pingava mel  
Bem te quis, bem te quis  
E ainda quero muito mais  
Maior que a imensidão da paz (...)*  
(Paulino Pedra Azul, "Jardim da Fantasia", de 1982)

O **Novo Pitangüá**, das autoras Adriana Machado Dias e Maria Eugenia Bellusci. O livro de história que analisamos, tem um nome de uma pequena ave, mais precisamente um bem-te-vi. De acordo com o dicionário informal, "Pitangüá" é uma palavra indígena que define uma ave, o mesmo que neinei- Pitauá. Em tupi-guarani significa literalmente: "o comedor de pitanga". (pitanga+guá)". O livro traz sequência de imagem do passarinho informando e comentando um pouco do tema que será abordado.

Esse livro traz como objetivo fornecer ao professor conteúdos como abordagem atual, abrangente e integrada considerando o melhor aprendizado ao aluno. E como já abordamos anteriormente, o papel da escola é saber trabalhar e garantir a aprendizagem e o desenvolvimento dos educandos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino fundamental:

I - As escolas deverão estabelecer, como norteadores de suas ações pedagógicas: a) os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à Ordem Democrática; c) os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais. Estes princípios deverão fundamentar as práticas pedagógicas das escolas, pois será através da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum, que a Ética fará parte da vida cidadã dos alunos (1998, p. 04).

O livro se divide em quatro unidades que subdividem em eixos temáticos. Logo no começo, apresenta-se o manual do professor e um sumário do material digital do Novo Pitangüá V, com onze eixos subdivididos nos temas abordados no conteúdo desse.

O livro de História Novo Pitangüá é direcionado ao/à aluno/a do quinto ano com a idade esperada entre 10 a 11 anos. Sendo esse o último ano do fundamental I, percebe-se que, nessa transição, o/a estudante está saindo de uma etapa escolar primária para a secundária, assim como da fase que antecede a adolescência, que compreende o processo onde ocorrem as

mudanças físicas e psicológicas dando-lhes uma visão mais ampla de mundo nesse contexto de transformações. Segundo Bock (2007, p.66), a adolescência concebida como transformação, torna da sociedade e da cultura as formas para se expressar.

Nesse sentido, a criança desperta as mais diversas ideias, sentimentos e constatações de mundo com atitudes, responsabilidade, respeito e independência na sociedade em que está inserido. Vale ressaltar o importante papel da escola nesse contexto de mudanças e transformações, pois é primordial junto à família, para que esse se reconheça como parte de um todo, na construção de novos conhecimentos, vivências, e suas relações sociais e culturais que contribuem na formação de um sujeito com características construídas através de seu meio na relação com a outra pessoa.

## **6 ANÁLISE DO NOVO PITANGUÁ QUINTO ANO**

Em suas primeiras 23 páginas, é apresentado o manual do professor, sumário do livro digital e alguns atributos da coleção que são: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Eixos norteadores; Livro Digital; Portal Novo Pitanguá; Integração entre componentes curriculares e visual atrativo. Logo em seguida, os Objetivos Educacionais Digitais (OEDs). E assim, a explanação de cada eixo da coleção.

### **6.1 O que traz cada unidade**

A primeira unidade, “Povos e culturas”, de acordo o descrito no livro, os alunos estudarão o processo de sedentarização, a dinâmica de formação dos povos e culturas, conceito de Estado. Traz, também, uma proposta de reflexão acerca da diversidade cultural, com destaque para as várias religiões da atualidade.

A segunda, que começa com um questionamento e explicação sobre o que é nomadismo, é seguida de uma atividade com uma imagem de uma pintura rupestre. Aborda sobre as mudanças na relação com a natureza. Um breve histórico sobre povo, cultura e diversidade, exemplificando com algumas imagens representando a cultura, como os Zigurates, templos feitos em homenagens aos deuses, pintura egípcia e de uma múmia. Do tópico “Natureza e Religiões na Antiguidade”, fala sobre os povos da antiguidade contemplando com imagens de esculturas representando símbolos naturais como a água, a luz do sol e a figura feminina, símbolo de fertilidade da terra.



O tópico que aborda a respeito da diversidade religiosa traz um pequeno texto que fala da religião de matriz africana no Brasil, e uma imagem com três negras e um negro num terreiro de candomblé, em Lauro de Freitas, aqui na Bahia. Em uma outra parte, é falado sobre o cristianismo e o judaísmo, todos esses sem muito aprofundamento.

Esse conteúdo vem seguido de várias imagens sobre religiões, inclusive, uma cena chama atenção: a passeata contra a intolerância às religiões de matriz africana. Notamos a importância dessas abordagens sobre a diversidade religiosa em nosso país, principalmente, quando se trata das religiões de matriz africana, pois ainda vemos, nos dias de hoje, muitos associarem estas religiões a coisas negativas, como ouvimos, infelizmente, de muitos cristãos fundamentalistas conceberem a partir do seu preconceito e estereótipos que essas religiões são movidas por magia negra ou algo do tipo.

Na segunda unidade, o primeiro tópico, “Cidadania e Direitos Humanos”, começa apresentando cinco crianças diante de uma urna simbólica representando a votação. Entre essas crianças, têm-se dois meninos negros e três meninas brancas. Nas páginas seguintes, visualizamos a figura de uma família: uma senhora de pele clara e dois meninos negros; e outra gravura de crianças brincando representada por três crianças brancas e um menino negro. Percebemos que todos os tópicos desse tema trazem gravuras de pelo menos uma pessoa negra.

A terceira unidade, intitulada “Os registros da história”, começa o primeiro tema com questionamento: Qual é a importância do estudo do passado? Além disso, fala um pouco sobre as invenções do homem, e dá um exemplo com a foto do brasileiro Alberto Santos Dumont, inventor do avião. No tópico “A linha do tempo”, as autoras fazem três linhas do tempo: uma sobre a história de um município brasileiro, de Recife/Pernambuco; outra, sobre um objeto: o telefone; e a terceira sobre a história de uma pessoa, o jogador de futebol Pelé.

No tópico “A tradição oral”, também são apresentadas gravuras. A primeira consiste em uma roda de crianças índias sentadas em círculo no chão com uma senhora também índia ensinando sobre a origem do milho. A outra gravura mostra povos africanos, e os contadores de histórias cantadas, também chamados de Griôs.

Por fim, a quarta unidade, “Patrimônios da humanidade”, apresenta duas imagens que chamaram a atenção. Em uma imagem exibe atividades que retratam manifestações do Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, município de Santo Amaro/Bahia e a outra apresenta a imagem do Círio de Nazaré em Belém/Pará. Para finalizar essa unidade, no tópico “Arte e História”, apresenta-se a foto da escultura do profeta, obra Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, filho de uma escravizada africana. No tópico

“Sítio Arqueológico Cais do Valongo”, as autoras descrevem, em poucas linhas, relatos entre outras da chegada de 500 mil e 1 milhão de africanos/as escravizados/as, que foram trazidos de forma forçada ao Brasil para trabalhar. Vemos ainda outra imagem dos escravizados/as expostos no mercado de escravos do Valongo.

No que se refere às atividades do livro, não houve alguma que pudesse envolver mais os alunos/as/es numa pesquisa mais apurada, com o intuito de motivá-los a buscar mais informações sobre suas origens, para futuros questionamentos em sala de aula com seus/uas colegas e professores/as sobre as questões étnicas raciais.

Apesar de ter percebido uma quantidade de imagens e assuntos relacionados ao nosso povo negro, notei que a abordagem referente a esse povo foi bastante sucinta e superficial para uma construção efetiva de consciência coletiva, principalmente, por se tratar de um livro de história, o qual o professor/a vai utilizar durante todo o ano letivo, mesmo que este não se prenda totalmente nesse material.

É imprescindível que o professor/a não se limite a um único instrumento em sala de aula, no caso do livro didático, pois deve dar possibilidades ao/a estudante de também buscar pesquisas relacionadas ao tipo de assunto trabalhado. O livro deve funcionar como um suporte para que o/a docente/a investigue os conteúdos e atividades, analisando o que é preciso ampliar ou quem sabe melhorar para instigar o/a aprendiz a alcançar o objetivo proposto. Além disso, o professor/a auxiliado pelo livro didático pode fazer com que o/a educando/ perceba e busque a construção do seu próprio conhecimento e, conseqüentemente, se desenvolver enquanto pessoa humana, pertencente a uma sociedade plural e diversa e que possui direitos e deveres.

A representação negativa do negro no livro didático causa ao aluno ou aluna negra a negação de seu passado, de sua identidade. As imagens negativas dos seus antepassados, apresentadas no material didático, em situações desumanas diante do homem branco, como geralmente são apresentadas nos livros didáticos de história, corroboram para essa negação. São constatadas imagens frequentes do negro amarrado num tronco, corpo seminu, sendo chicoteado por outro também negro (capataz) que é de alguma maneira forçado para aquela situação, normalmente, na condição de exemplo para aquele e os demais escravizados/as não tentassem fugir ou se revoltar contra o seu opressor.

Há de se ressaltar que para a criança negra que estuda a retratação de seu povo, no livro didático, sendo apresentado das mais desumanas formas de violência, entende seus antepassados como se fossem animais, já que não percebe outra versão da história, pois muito

do que poderia ser trabalhado nas escolas acaba sendo omitido, talvez, por falta de orientação dos/as profissionais ou por outros mais diversos motivos.

A seletividade dos conhecimentos nos currículos, o silêncio dos professores/as sobre as práticas discriminatórias identificadas em seu cotidiano escolar nos conduzem a ficar atentos não apenas para o que é transmitido com conotação discriminatória, mas para o que é impedido de ser transmitido e dito (GONÇALVES, 1988 apud SILVA, 2011, p. 77).

Nesse contexto, para as crianças brancas, esse aprendizado que coloca o homem branco em posição superior ao negro, fazendo seu semelhante em condição de escravo, por ter a cor da pele preta, demonstra a forma como ao longo dos tempos estamos preparando as nossas crianças brancas para o convívio com os seus colegas negros.

Dessa forma, notamos, nos exemplos contidos no livro e estudos trazidos por nós, que a história de vida dos nossos/das nossas estudantes pretos se repete, à medida que se encontram sempre em posições de inferioridade diante dos brancos e esses, por sua vez, se apresentam sempre como os detentores do poder. Poder esse representado em seu fenótipo e hábitos, atitudes e experiências. Portanto, precisamos refletir sobre quais ensinamentos as crianças brancas estão recebendo para viverem numa sociedade que carrega raízes de racismo estrutural.

As imagens do negro que o livro analisado nos apresenta revela a violência sofrida pelas pessoas em nossa sociedade ao longo dos tempos, pois tem relação com todo o processo que se perdura até os dias atuais. Assim, a criança branca que recebe as informações de acordo com o que traz o livro didático que lhes é apresentado vai ser influenciada a também interpretar a história dos negros com inferioridade.

A criança negra, por seu turno, que desde sempre vivenciou a sua história como um povo oprimido, segue aprendendo que vive do lado da opressão, e precisa se defender. Essa ideologia tem a função de mostrar, através dos livros didáticos, brancos em posições superiores ao negro, fazendo com que estudantes brancos/as e negros/as, reproduzam as posições de opressor e oprimido, respectivamente.

A partir da implementação da Lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que complementa a lei 10.639/2003 (BRASIL, 2003), tornando obrigatório “o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena”, nos diferentes níveis da educação brasileira, percebemos que ainda existe certa resistência do sistema educacional, pois as disciplinas ainda parecem não contemplar esse estudo com envolvimento de assuntos relacionados às temáticas que traduzam as questões da diversidade nas escolas. Observa-se que já se passaram quase 18

anos desde que foi implementada a referida lei e ainda não temos uma ação efetiva no ensino brasileiro em relação às ações que objetivam a intenção proposta por essa lei.

Frisa-se que nosso país tem uma população heterogênea e nossa diversidade precisa ser cada vez mais reconhecida e aceita na igualdade de direitos e deveres entre todos os brasileiros. Se assim acontecesse, não precisaríamos de implementação de leis para que nossos direitos fossem garantidos. Carregamos uma riqueza cultural de nossos antepassados, saberes diversos de nossos ancestrais que fazem parte de todos nós brasileiros. Isso dever ser trabalhado em nossas escolas como parte natural do que vivemos, e não negado durante décadas por aqueles que defenderam e defendem uma cultura europeizante, criada por aqueles que se negaram e negam a aceitar os verdadeiros povos constituintes de nossa nação, pois trazem consigo os interesses de uma elite de colonizadores.

Dessa forma, ainda temos que lutar para que nossos direitos contidos na lei tenham a sua legitimidade, e que o sistema educacional atenda às necessidades que garantam a obrigatoriedade de incluir os estudos de história da população afrodescendente de maneira mais profunda e crítica. Visto que pouco se trabalha questões relacionadas à diversidade como deveria ser. Infelizmente, na maioria das vezes, presenciamos um trabalho a respeito da cultura afro-brasileira nas escolas apenas nos festejos do dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra.

Trazer para as aulas o conteúdo da História e da cultura Afro-Brasileira e Africana é fazer cumprir o grande objetivo proposta pela nova lei, que é fazer com que possamos refletir sobre a discriminação racial, valorizar a diversidade étnica, gerar debates, estimular valores e comportamentos de respeito e solidariedade. Para que esses objetivos se cumpram é necessário que exista uma educação voltada para diversidade cultural e as relações étnico-raciais nas escolas (LIMA, 2016, p. 15).

A escola tem seu papel crucial no tipo de educação que oferece. As influências que esta produz vão marcar a vida do sujeito, de forma positiva ou negativa, dependendo de como a escola irá tratar as questões étnico raciais – de forma crítica e problematizadora ou simplesmente como reprodução da cultura da classe dominante. Sabemos que, durante décadas e gerações, os povos negros viveram com as imposições de uma elite dominante. O que se aprendia na escola era justamente a história contada pelo olhar dos subordinados. Assim, o que era ensinado nos livros didáticos como verdade única e incontestável serviria para dominação de um povo. Segundo Cargnin(2014),

[...] analisar e interpretar de forma adequada os livros didáticos é fundamental para que os(as) educadores(as) possam instrumentalizar a si e aos seus educandos com relação à compreensão da importância da História da África, dos africanos e conseqüentemente combater o racismo explícito ou implícito nos livros didáticos.(pág.18)

As mudanças que queremos, em nossa sociedade, para garantia dos direitos adquiridos precisam começar a partir da escola, a qual necessita de se reinventar. Entendendo que ainda carregamos herança dos modelos duríssimos de escola tradicional, é preciso buscarmos transformações para uma sociedade livre das heranças do colonizador que ainda carregamos.

Nessa perspectiva, volto ao papel do professor em suas ações na vida do/a estudante bem como profissional engajado e consciente de suas responsabilidades no sistema de ensino, na participação e na elaboração do currículo, escolha do material pedagógico, do livro didático, entre outros. Como mencionado anteriormente, a participação do professor/a na escolha do livro que será utilizado por nossos estudantes é salutar e demanda uma análise criteriosa.

Ademais, não se pode esquecer que a produção do livro didático leva sempre em conta a imagem que a escola tem de si mesma. E devolvendo à escola tal imagem, conta - como contou, no caso em discussão - com a adesão apressada de quem come gato por lebre, gosta e ainda elogia o guisado (LAJOLO,1987, pág.10).

A garantia de mudanças e melhorias na qualidade do livro didático, visto que esse ainda é um instrumento bastante utilizado em nossas escolas brasileiras, depende de um alinhamento na escolha e sugestões de seus conteúdos. O estudo de nosso passado, marcado por sua diversidade e culturas múltiplas, deveria estar sempre em evidência, pois a real história de gerações jamais pode ser esquecida, e teria que ser sempre vivenciada através de nossos estudos desde pequenos, visto que o aprendizado de nossas crianças determina os acontecimentos futuros de um povo.

Ao contrário disso, deveriam ser considerados na história de nosso país como os verdadeiros formadores da nossa nação. Mulheres e Homens que foram injustamente tirados de suas vidas, e deles arrancado toda sua dignidade que até nos tempos atuais lutam para terem o seu lugar na sociedade. Ao longo dos tempos vivenciamos o racismo latente em nossa sociedade e, até os dias atuais, percebemos o quanto que mata!

Por fim, o que está a se dizer é que o povo brasileiro precisa, sim, apropriar-se do conhecimento, reconhecendo suas raízes culturais, não apenas de incorporação, mas de miscigenação e moldagem ao jeito próprio brasileiro. Entende-se como necessário extirpar o pensamento de subvalorização da cultura afro, para que se elimine o medo do desconhecido.

Basta conhecê-lo e, no fim, perceber que é parte integrante de si mesmo (SILVA, 2014, p. 34).

No entanto, esse movimento de apropriação e valorização da cultura afro brasileira consiste em um processo que necessita de um conhecimento mais profundo a respeito da história do povo negro e sua descendência. É um processo árduo e constante que precisa da mobilização daqueles que conhecem e tem a consciência da importância dos povos negros na formação do povo brasileiro.

A escola, sendo um lugar responsável por educar, tem o papel também de apresentar a história do povo brasileiro (bem como assegura a lei 10.639/03, que implementa o ensino de história, cultura Afro-Brasileira e africana em todas as instituições de ensino brasileiras), de forma que o/a educando/a a reconheça e a valorize como sua própria história, pois a cultura negra contribuiu e contribui muito para a cultura do povo brasileiro em variados aspectos.

Ressalto que, se tivéssemos desde o início uma valorização de nossas raízes, quem sabe não teríamos a nossa cultura negada. Fomos ensinados e apresentados, ao logo de décadas, por uma elite europeizante, impondo como deveríamos ser e viver, e assim copiar o modelo que a elite estabelecia, como um exemplo padrão/correto a ser seguido.

Notamos que há a necessidade da existência de leis e lutas para que seja cumprida e ensinada a nós mesmos como nos comportar, respeitar, educar e até não matar nossos irmãos por ter uma cor diferente da estabelecida “padrão”, ou quem sabe por ter religião de matriz africana, entre outros. Se todos obedecessem aos princípios de respeito ao próximo, não precisaríamos de leis ou algo que nos ensinasse ou “forçasse” a sermos tolerantes conosco. Entretanto, nos foi ensinado que preto não é pessoa igual ao branco, tem diferença e como tal precisa ser tratado diferente, servindo aos seus senhores. Assim, ensinou-se, nos estudos de história, muitas vezes de forma sutil e inconsciente, através da imagem que trouxe ao longo dos tempos, do negro. Se todos os nossos antepassados tivessem sido respeitados, vivido como pessoas ditas “normais”, quem sabe não estaríamos lutando a todo instante por igualdades de direitos, para sermos reconhecidos como gente.

Nesse contexto, com a obrigatoriedade prevista na Lei nº 11.645/2008, a escola recebe a tarefa de desconstruir toda e qualquer imagem deturpada que foi e ainda é propagada a respeito dos povos descendentes de africanos. A educação precisa ser a chave de libertação de fato, da produção de conhecimento, das melhorias de convivência entre todos os povos, independentemente de sua situação racial, social, cultural ou de gênero, e assim também ampliando aos profissionais da educação, estudantes em sua formação melhores condições,

para que esses levem adiante as mudanças possíveis às quais requerem as nossas instituições de ensino.

Portanto, precisamos mudar essa ideia de que o negro tenha que aparecer nos livros didáticos, simplesmente como aponta o seguinte exemplo: “Olha, ele é um negro! Mas foi um herói!”.

## **7 Considerações finais**

Podemos considerar, a partir da análise do livro didático “Novo Pitangá”, que esse material didático traz, em suas páginas, abordagens superficiais e rasas referentes ao ensino de história, cultura afro-brasileira e de África, o que não contempla o § 1º, que inclui “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003).

Além disso, é notado que o heroísmo mostrado neste livro didático, infelizmente, representa a realidade de muitos outros (verificado em outras pesquisas), que assim como esse vem sendo adotado em algumas escolas, e o que se insinua é que está faltando uma atenção maior sobre a escolha desse material nas escolas. Nesse sentido, a partir de uma análise criteriosa do professor, essa realidade deveria ser resolvida. Verifico que na maior parte do livro o negro aparece na situação de escravo, como se essa fosse a sua única condição possível por ter nascido negro. Quando não está na condição de escravizado, o negro aparece como um herói, por atitudes que o fizeram se destacar, já que por ser negro, muitos acreditam que talvez não conseguiria tal “proeza”, sendo tratado por vezes como um evento excepcional.

Acreditamos que o livro de história deve trazer conteúdos diversos da vida de seus antepassados, ensinando ao/aluno/a/e, sobretudo em idade de pré-adolescência (que já observa os movimentos de uma sociedade diversa de costumes, culturas, etnias, gênero desde suas primeiras expectativas de sociedade, cultura e, conseqüentemente, as primeiras experiências de seus antepassados) como viver em sociedade. Pode possibilitar, dentro das propostas do ensino, conteúdos atuais, uma promoção da inclusão, oferecendo o necessário a respeito das questões étnico racial, que ocorra uma familiarização com seus antepassados desde jovens, para que assim se reconheçam no lugar da história como uma mudança futura de suas relações sociais, culturais, sabendo que faz parte de todo processo como igual aos seus sem distinção de raça, credo religioso, gênero, entre outros, como assim assegura a nossa constituição brasileira.

Com isso, concluo que para que as relações étnico-raciais sejam tratadas em sala de aula de maneira efetiva e satisfatória, é necessário que os/as professores/as sejam bem formados a respeito da cultura afro-brasileira, que tratem o ensino referente aos povos negros de forma crítica, problematizadora, consciente e questionadora, a fim de oferecer aos seus/suas alunos/as/es condições para que eles compreendam diversos temas importantes para a sociedade como a discriminação racial, e a valorização da diversidade étnica. Além disso, um professor/a consciente do seu papel tem melhor capacidade para escolher um livro didático que não trate o negro a partir de estereótipos e que valorize o povo negro como parte constituinte e construtora da sociedade em que vivem.

Assim, deixo aqui abertura para novos desdobramentos de pesquisas futuras com a continuidade de ideias e ações contínuas sobre a relevante questão de melhorias na qualidade do livro didático para que esse contemple em seus conteúdos o estudo da cultura afro-brasileira e indígena de acordo determina a lei de inclusão 11645/08, para que possamos realmente alcançamos uma inclusão das diferenças.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.

Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135. BATISTA, A. A. G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL, Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Art. 26. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639). Acessado em: 21 de fev. de 2021.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MEC: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Brasília, out. 2004.

\_\_\_\_\_. Lei n.º10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9394/96, de 20 de novembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais em Ação - 5ª a 8ª séries**. 1998.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: Secad/Seppir, 2009.

FONSECA, M. da C. F. Os limites do sentido no ensino da matemática. **Educação e pesquisa: revista da faculdade de educação da USP**, p. 147-162, jan./jun., 1999.

FREITAG, Bárbara et al **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997  
GONZALEZ, Lélia. A democracia Racial: Uma Militância. Entrevista à Revista Sociedade de Estudos e Atividades.

HELDER, R. R. Como fazer análise documental. Porto, Universidade de Algarve, 2006.  
LAJOLO, Marisa. Usos e abusos da literatura na escola. São Paulo, USP, 1979. Tese (doutorado).  
LIMA, Hanna Karoline Macedo de. **A importância de trabalhar o ensino da história e da cultura afrobrasileira e africana em sala de aula**. Cabaceiras: UFPB, 2016. GOMES, N. L. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossas escolas**. São Paulo: Summus, 2001. p. 83-96.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. **RBPAE** – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

LE GOFF, JACQUES, 1924 **História e memória** / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, EPU, 1986.

MELO, O. C. de. **Alfabetização e trabalhadores**: o contraponto do discurso oficial. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Rio de Janeiro: Palestra.2003.

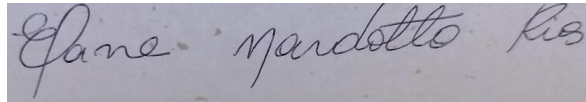
OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático : O que mudou ? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

SILVA, Ana Célia. **A discriminação do negro no livro didático**. Salvador: CED Centro Editorial Didático e CEAO - Centro de Estudos Afro - Orientais, 1995, p 34; 47; 135.

SILVA, Helder Kuiawinski da. **A cultura afro como norteadora da cultura brasileira**. rev. PERSPECTIVA, Erechim. v. 38, n.144, p. 25-35, dezembro/2014.

## BANCA EXAMINADORA

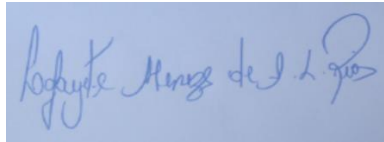


---

Docente Doutora Elane Nardotto Rios

Membro Examinador

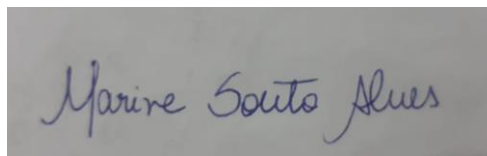
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Jequié



---

Docente Mestrando Lafayette Menezes de A. L. Rios Membro Examinador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Jequié



---

Docente Mestra Marine Souto Alves

Membro Examinador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Jequié



Membro Examinador